



PATRICK TOMLINSON ASSOCIATES

**PUNIÇÕES & RECOMPENSAS- CONSEQUÊNCIAS & DISCIPLINA (No trabalho com
Crianças e Jovens que Sofreram Trauma e Outras Adversidades)**

PATRICK TOMLINSON (2021)

TRADUZIDO POR MARIA JOÃO BRAGA DA CRUZ (2022)

CONTEÚDO	Pág.
INTRODUÇÃO	3
COMPORTAMENTO BASEADO NA DOR	4
RESPOSTAS AO COMPORTAMENTO	5
PUNIÇÕES E RECOMPENSAS	6
REPARAÇÃO	9
CONSEQUÊNCIAS DO COMPORTAMENTO - POSITIVAS E NEGATIVAS	11
CONSEQUÊNCIAS NATURAIS	11
QUALIDADES DA DISCIPLINA E PUNIÇÃO	12
SIGNIFICADO POR TRÁS DO COMPORTAMENTO	12
COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	13
COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL COMO UM SINAL DE ESPERANÇA	13
UM EXEMPLO DE CONFRONTO COM A REALIDADE	15
PUNIÇÃO E DEPENDÊNCIA	16
A CEGUEIRA DA REALIDADE E A CONSCIENCIALIZAÇÃO	16
OS DESAFIOS DE SER NÃO-PUNITIVO	17
A NECESSIDADE DE SEGURANÇA	19
A NECESSIDADE DE NOS GERIRMOS A NÓS PRÓPRIOS	21
CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	22
PATRICK TOMLINSON & MARIA JOÃO BRAGA DA CRUZ BREVE BIOGRAFIA E INFORMAÇÕES DE CONTACTO	26



Introdução

Este artigo pretende fornecer algum alimento (não necessariamente uma cenoura!) para reflexão acerca deste assunto tão interessante e complexo. Este tema está no centro das nossas vidas - pelas nossas experiências de parentalidade, educação, trabalho e sociedade. É ainda mais fundamental para aqueles de nós que trabalham com pessoas que têm dificuldades em gerir-se a si próprias e em permanecer dentro dos limites do comportamento "aceitável". É extremamente importante e continuamente desafiante. Este é um daqueles tópicos sobre o qual é útil refletir regularmente, independentemente dos anos que possamos contar a trabalhar nele.

Quando eu tinha 11 anos, o meu melhor amigo sofreu a perda da sua mãe depois de uma longa e horrível doença. Não creio que ele tenha tido um dia de pausa na escola durante esse tempo ou qualquer aconselhamento, etc. Ele tinha um carácter animado e traquina - delinquente em pequena escala. Referindo-se ao trabalho do psicanalista e educador austríaco, August Aichorn, famoso pelo seu trabalho pioneiro com delinquentes juvenis na década de 1920, Brett Kahr (2020, p.47) afirma,

Aichorn argumentou que estas perdas tão profundas terão contribuído para o desenvolvimento das atividades criminosas deste jovem, anos mais tarde e, além disso, que os atos de delinquência podem mesmo ter evitado uma profunda melancolia.

Pareceu-me errado que o meu amigo fosse frequentemente punido por delinquências menores. Nos anos 70, a bengala era frequentemente utilizada na nossa escola. Doze anos mais tarde, em 1985, comecei a trabalhar na Cotswold Community, uma comunidade terapêutica em Inglaterra para rapazes "emocionalmente perturbados". Algumas décadas antes, estes rapazes teriam sido classificados como 'delinquentes juvenis'. A Comunidade começou em 1967. Foi descrita por Eric Miller (1989, p.28), que se tornou consultor organizacional da comunidade, como um "... processo experimental de transformação de uma escola autorizada numa comunidade terapêutica". As escolas autorizadas eram como centros reformatórios. Esta "experiência" foi criada pelo governo britânico para encontrar um tratamento eficaz para estas crianças em situação de grande desvantagem, que tinham sofrido graves situações de adversidade. No final dos anos 80, Miller (ibid) referiu-se à investigação sobre os seus resultados,

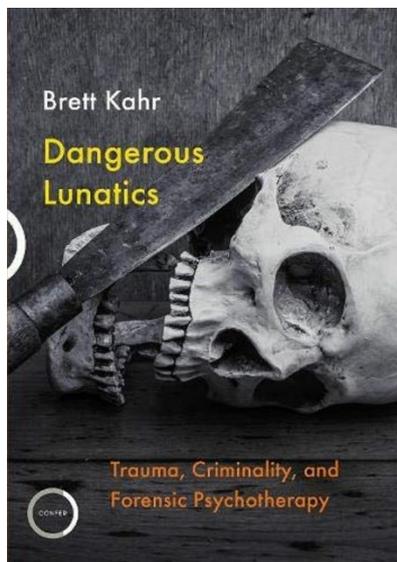
De facto, quando a experiência começou, 80% dos rapazes que saíam da escola autorizada reincidiram no prazo de três anos; dez anos mais tarde, a proporção caiu para 20%.

Sintetizando a abordagem, Whitwell (1986) refere-se a um relatório da inspeção do Departamento de Saúde e Serviços Sociais,

Na Comunidade de Cotswold não há uso de sanções e privilégios no incentivo ao "bom" comportamento. A relação terapêutica é utilizada para explicar à criança porque deve comportar-se de uma certa forma e ganhar pacientemente a sua cooperação. Existem também fortes comandos verbais, mas estes não se limitam a recompensas pelo cumprimento ou punições por não o fazer. Não há, escusado será dizer, castigos corporais. Esta abordagem significa que a sanção do comportamento não é uniforme, mas rapazes e adultos parecem compreender porque é que isto é assim. Da observação, parece que esta abordagem tem dado bons dividendos. O comportamento de "passagem ao ato" (*acting out*) é visto por aquilo que é e, com as crianças mais integradas, a ausência de uma subcultura agressiva de *bullying*, de prepotência, de consumo de cigarros ilícito e de vernáculo gratuito, foi particularmente refrescante de encontrar.

Este artigo irá explorar algumas das questões envolvidas na forma como respondemos a comportamentos problemáticos.

Comportamento baseado na dor



O comportamento difícil das crianças traumatizadas é frequentemente referido como "acting out" em português "partir para a ação" ou "passar ao ato". A ideia de "passar ao ato" implica a pergunta - o que está a ser atuado? Anglin (2002) utiliza o termo 'comportamento baseado na dor' para descrever o comportamento de "passar ao ato" e os processos internalizantes tal como a depressão, que são frequentemente o resultado do gatilho que desencadeia esta dor internalizada. Isto ajuda a deslocar o foco da nossa atenção para o significado subjacente ao comportamento. Desde o início do século passado, Freud e outros compreenderam a ligação entre o trauma infantil e o comportamento anti-social e criminoso. Brett Kahr (2020, p.40) no seu livro, *Lunáticos Perigosos: Trauma, Criminalidade, e Psicoterapia forense* afirma,

"Ao longo das décadas, Freud veio a antecipar muitos dos princípios fundamentais da psicanálise forense moderna e da psicoterapia forense, nomeadamente, a propensão generalizada para fantasias violentas e, mais ainda, o potencial daqueles que foram sujeitos a abusos e traumas poderem tornar-se mais propensos a pôr em prática os seus pensamentos e emoções de ódio".

Do mesmo modo, referindo-se à obra de John Bowlby, Kahr (p.56) afirma, "Bowlby (1944a, 1944b, 1945-1946, 1946) será melhor recordado pelos seus textos marcantes sobre quarenta e quatro jovens criminosos que sofreram uma profunda separação e perda durante a sua primeira infância, aspeto que Bowlby passou a considerar como um importante fator etiológico". Referindo-se a um discurso de um magistrado britânico, Claud Mullins, em 1943, Kahr (p.140) realça a importância de compreender o significado subjacente ao comportamento,

"Penso que devemos, durante os primeiros minutos, concentrar-nos nas causas do crime, porque não podemos tratar as pessoas com sucesso, se não soubermos o que causou o estado que estamos a tentar curar; e até agora a fragilidade do trabalho de reforma penal tem sido o facto de este ter sido bastante cego relativamente às causas do crime". (Mullins, 1943, p.141)

Mullins enumerava então o que ele e os seus contemporâneos nos anos 40 consideravam ser as principais causas do crime, nomeadamente, a hereditariedade (ou seja, a vulnerabilidade genética),

a pobreza, as glândulas endócrinas, bem como a falta de amor parental, a separação e divórcio dos pais, a ilegitimidade e, também, algo a que Mullins (p.143) se referia como "trauma psicológico".

O trabalho com crianças traumatizadas pode ser extremamente desafiante. Pode repercutir-se na nossa própria história de uma forma que pode conduzir a sentimentos muito fortes e, por vezes, a emoções avassaladoras. Por conseguinte, deve haver um elevado grau de formação e apoio disponível para aqueles que realizam este trabalho qualificado e sensível. O apoio pode ser tão simples como sentir-se conectado com os outros e ter ajuda disponível. Como dizem Perry e Szalavitz (2010, p.310) sobre ser pai/ mãe,

O resultado final é que uma mãe isolada é uma mãe em aflição. Será menos capaz de cuidar do seu filho.

Os elementos centrais de uma resposta útil ao comportamento da criança são,

- Acreditar e validar a experiência da criança
- Tolerar o efeito da criança em nós próprios
- Gerir as nossas próprias emoções

Respostas ao Comportamento

De certo modo, duas respostas básicas sustentam as abordagens ao comportamento. O psicoterapeuta Adam Phillips (2013) explica utilizando um contexto simples do quotidiano,

Quando o seu filho anda pela casa a dizer que é um super-herói, pode lembrá-lo que ele é na realidade um rapazinho, ou então pode mostrar de uma forma ou de outra que está impressionado. Quando a sua criança cai, pode irritar-se com ela por não olhar para onde vai, ou pode confortá-la de uma forma afetuosa.

Uma das respostas transmite uma proximidade entre si e a criança, a outra afirma uma diferença, uma superioridade inata; uma tem a ver com solidariedade, a outra é punitiva. É a diferença entre querer estar certo - querer ganhar uma discussão - e querer ser gentil. Ou entre dois tipos de autoridade. Uma é na essência humilhante e gera ressentimento, a outra é tranquilizadora e cria um vínculo.

Estas respostas têm algo em comum com o que a psicóloga de desenvolvimento, Angela Duckworth (2006, p.211) refere como abordagens de exigência e de suporte. Exigir inclui estabelecer expectativas e limites consistentes e atribuir responsabilidades. O suporte inclui o aconchego e a nutrição, mostrando empatia e encorajamento. Referindo-se a muita investigação, Duckworth afirma que a combinação entre ser exigente e apoiante é a abordagem mais eficaz e tende a obter os melhores resultados no apoio ao desenvolvimento das crianças, bem como dos adultos. Macdonald e Millen (2012) salientam que a exigência e o suporte podem ser considerados como *autoridade adequada* e não como punitivos.

Os pais com autoridade adequada estabelecem standards claros de conduta e utilizam métodos disciplinares que são de apoio/suporte e não punitivos. Isto encoraja as crianças a serem autorreguladas e cooperativas (Darling, 1999).

Hannon et al. (2010) concluem também que,

Estudos empíricos mostram que as crianças que foram criadas por pais com autoridade adequada tinham consistentemente melhores competências sociais, um sentido de competência mais forte, e eram mais desenvolvidas cognitivamente.

No trabalho com crianças traumatizadas, Stien e Kendall (2004, p.152) concordam,

Assim, a definição de limites empáticos requer que se faça uma afirmação em duas partes. Na primeira parte, que transmita uma compreensão dos sentimentos da criança para mostrar que está do lado da criança. Na segunda parte, que se assegure que é indicado o limite que a criança ultrapassou (Chu, 1998).



Como Phillips sugere, ou ficamos próximos da criança ou podemos enfatizar a diferença de poder entre nós - quem é grande e quem é pequeno. A primeira resposta cria uma sensação de estarmos juntos, enquanto a segunda separa e coloca a criança no seu lugar. Por vezes, a criança pode precisar de saber claramente a distinção entre o adulto e a criança. Isto pode contribuir para criar uma sensação de segurança à criança. Mas devemos observar-nos e perguntar-nos se esta é a nossa intenção ou se algo menos útil está a ser inconscientemente reativado. Por exemplo, como Phillips menciona, será que os pais utilizaram a relativa pequenez da criança para se fazerem passar por grandes? Por outras palavras, estaremos a agir no interesse da criança ou às suas custas? Ele sugere que quando isto acontece não é normalmente porque os pais são pessoas "más", mas mais frequentemente porque estão a reativar experiências da sua própria infância. Pode argumentar-se que a linguagem que usamos, como p. ex. castigos e recompensas, suporte e empatia, consequências e disciplina são um reflexo de como nos posicionamos em relação ao que quer que seja que está a acontecer.

Punições e Recompensas

Frequentemente as crianças traumatizadas estão habituadas a ser castigadas, por razões que não conseguem compreender. Muitas vezes o comportamento difícil de uma criança é resultado da sua frustração e dos seus esforços para a gerir. Phillips (2013) explica a ironia de responder de forma punitiva nestas situações,

Todas as crianças sentem-se castigadas quando lhes é causada frustração, e por vezes são castigadas em cima disso pela sua resposta à frustração.

Muitas vezes, as crianças traumatizadas terão sido punidas e tratadas com dureza, de forma arbitrária, com base no estado de espírito do adulto e não no comportamento da criança. Para crianças que têm sistemas hipersensíveis de resposta ao stress, as punições são muitas vezes capazes de piorar as situações. Aumentando os níveis de stress e reforçando uma visão negativa do mundo como um lugar hostil e impiedoso. É preciso modelar qualidades que desafiem a visão negativa da criança sobre o mundo, ou, como John Bowlby (1969, 1973) descreveu, o modelo interno de funcionamento da criança. Perry e Szalavitz (2006, p.243) salientam,

A punição não cria nem modela essas qualidades. Embora precisemos de estabelecer limites, se queremos que os nossos filhos se comportem bem, temos de os tratar bem. Uma criança criada com amor quer fazer felizes aqueles que a rodeiam porque vê que a sua felicidade também os faz felizes; não se limita a cumprir para evitar castigos.

Perry e Szalavitz (2010, p.313) alargaram-se sobre os efeitos negativos de uma abordagem punitiva.

A investigação mostra que as crianças que recebem castigos corporais são mais agressivas, mais suscetíveis de serem antissociais na adolescência, e podem mesmo ter um QI mais baixo do que as que não são fisicamente disciplinadas. Noventa por cento da investigação sobre castigos físicos mostra efeitos negativos.

Esta evidência é fortemente confirmada por Heilmann et al. (2021). Uma meta-análise de 69 estudos, olhando para os efeitos da punição física, não encontrou provas de que a punição física seja boa para as crianças. Todas as provas indicam que é prejudicial para o bem-estar e desenvolvimento das crianças. E quanto mais frequente é o castigo, pior são os resultados. Referindo-se ao estudo, a Universidade do Texas (2021) declara,

Uma revisão narrativa conclusiva constatou que o castigo físico às crianças não é eficaz na prevenção de problemas de comportamento infantil ou na promoção de resultados positivos e, pelo contrário, prevê o aumento de problemas de comportamento e outros resultados deficientes ao longo do tempo. O estudo de um grupo internacional de cientistas, incluindo um investigador da Universidade do Texas em Austin, foi publicado hoje no The Lancet.

A abordagem da "cenoura e do pau" não tende a resultar com jovens que sofreram trauma complexos na infância. Da mesma forma que o castigo é ineficaz, também um sistema baseado em recompensas o é. Ambos são uma tentativa de manipular a criança para que seja cumpridora e se porte 'bem'. A questão-chave aqui é a manipulação. Ao colocar o foco em obter uma recompensa ou evitar a dor do castigo, existe o risco de reforçar ainda mais as defesas da criança e a falta de preocupação pelos outros. Uma criança cujo desenvolvimento tenha sido perturbado pelo trauma e que sinta pouca preocupação com os outros, será melhor ajudada, antes de mais, por experimentar o cuidado e o amor dos outros. Mais tarde, através do desenvolvimento de uma relação significativa, a criança começa a preocupar-se em não ferir um 'outro' valorizado. Donald Winnicott (1963) referiu-se a isto como o "desenvolvimento da capacidade de preocupação". Trata-se de uma das conquistas fundamentais do desenvolvimento.

A Comissão para as Crianças e Jovens (2012, p.12) defende que as abordagens comportamentais que se baseiam em sistemas de recompensa e castigo tendem a ser ineficazes,

As abordagens comportamentais podem alcançar um grau de mudança nos comportamentos das crianças, mas se não se relacionarem com o conteúdo emocional subjacente ao comportamento, estas mudanças não corresponderão, em última análise, a transformações nos modelos internos de funcionamento da criança nem as ajudarão a alcançar a reparação psicológica (Forbes e Post, 2007). Forbes e Post alegam ainda que estas técnicas transmitem inadvertidamente às crianças que os sentimentos por detrás do seu comportamento não são válidos ou perceptíveis/ compreensíveis aos outros.

Perry e Szalavitz, (2006, p.244) fazem uma observação semelhante,

As crianças traumatizadas tendem a ter respostas excessivamente reativas e, como já vimos, estas podem torná-las agressivas, impulsivas e carentes. Estas crianças são exigentes, são fáceis de perturbar e difíceis de acalmar, podem reagir exageradamente à mais pequena novidade ou mudança e muitas vezes não sabem como pensar antes de agir. Antes de poderem fazer qualquer tipo de mudança duradoura no seu comportamento, precisam de se sentir seguras e amadas. Infelizmente, porém, muitos dos programas de tratamento e de outras intervenções que lhes são destinadas, entendem-no ao contrário: adotam uma abordagem punitiva e esperam conduzir as crianças para um bom comportamento, restaurando o amor e a segurança somente se as crianças começarem a agir "melhor". Embora tais abordagens possam ameaçar temporariamente as crianças para que façam o que os adultos querem, não podem fornecer a motivação interna a longo prazo que, em última análise, as ajudará a controlarem-se melhor e a tornarem-se mais afetuosas para com os outros.

Uma abordagem punitiva corre o risco de ser inútil por duas razões claras. Em primeiro lugar, o comportamento da criança que leva ao castigo é frequentemente o resultado da sua frustração.

Assim, como disse Phillips, a criança frustrada está a ser castigada por estar frustrada. Tanto a frustração como o castigo podem ser sentidas como uma humilhação para a criança. Sente-se humilhada pela sua incapacidade de fazer ou gerir algo. A punição por esta falha aumenta ainda mais a humilhação. O artigo de Phillips (2013) sobre as birras, O Ato Mágico de uma Pessoa Desesperada, refere-se às birras como o "primeiro cenário de frustração", tanto para a criança como para o adulto. Este sugere o que o adulto pode fazer para ajudar.

Mais uma vez, em termos gerais, a criança pode ser castigada, penalizada, forçada a sentar-se no canto do castigo. Ou o pai/mãe pode ficar com a criança com o intuito de a conter: impedindo-o de se magoar, impedindo-o de causar demasiados danos, mas não tentando impedi-lo de ter a birra - o que, naturalmente, implica a crença de que a birra vai acabar.

Em segundo lugar, a resposta punitiva pode ser percebida pela criança como uma frustração de adulto. Phillips argumenta que a punição pode ser uma espécie de birra do adulto. Como exemplo, penso no absurdo de gritar com uma criança para que ela pare de gritar. O adulto pode estar a passar a mensagem de que "a minha birra é mais poderosa do que a tua, mas as birras são tudo o que temos" (Phillips, 2013). Não oferece à criança uma forma mais útil de lidar com a frustração. Pode até reforçar a opinião da criança de que a frustração não pode ser gerida. É como se a frustração não pudesse ser transformada em nada mais útil e tivesse de ser passada ao ato. Phillips realça a ironia disto,

O pai (mãe) punitivo está a dar à criança aquilo a que aprendemos a chamar de mensagem dupla: é-lhe dito por alguém que está enfurecido com a sua própria frustração que não deve ficar enfurecido com a sua frustração.

Quando os adultos estabelecem limites para as crianças, é uma parte natural do desenvolvimento na infância que estas devam ser testadas. Phillips (2009) capta bem esta necessidade com o título do seu trabalho, Em Louvor das Crianças Difíceis. Como este diz,

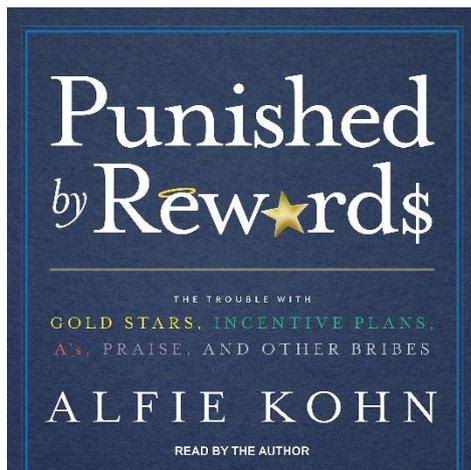
Descobre-se de que são feitas as regras, tentando quebrá-las.

Isto coloca os adultos numa posição paradoxal, como Phillips (ibid) explica,

O resultado de tudo isto é que os adultos que cuidam de adolescentes têm de simultaneamente querer que eles se portem mal, e tentar impedi-los; e para serem capazes de o fazer, os adultos têm de gostar de ter eles próprios mentes disruptivas. Têm de acreditar que a disrupção é boa e que as regras são boas.

Temos de respeitar tanto a necessidade da criança de se desenvolver e de testar os limites como a necessidade das regras. As regras e limites ajudam as crianças a aprender os limites da realidade. O desenvolvimento das crianças é alcançado pelo equilíbrio entre o prazer e a dor impostos pela realidade. A criança amadurecida aprende a gerir os seus impulsos e desejos para se conformar com a realidade externa. Não pode ter o que quer e fazer o que gosta a toda a hora. Isto é um desafio para a criança e a atitude firme e de autoridade dos seus pais e outros é normalmente suficiente para ajudar ao seu desenvolvimento.

Apenas dizer "não", pode ser punitivo para a criança. À medida que as crianças amadurecem, precisam de mais espaço para serem autónomas e para tomarem as suas próprias decisões. Decidir quanto espaço é apropriado é baseado na capacidade da criança de se gerir adequadamente no contexto. Isso funciona como um incentivo para que ela possa desfrutar da sua autonomia e fazer parte de um grupo social.



As crianças são motivadas sobretudo por sentirem que estão a fazer algo porque o querem fazer, e não porque estão a ser manipuladas para o fazer.

Alfie Kohn (1993) no seu livro apropriadamente intitulado '*Punido pelas Recompensas*': *O Problema das Estrelas de Ouro, Planos de Incentivo, A's, Elogios, e Outros Subornos*', referiu-se a numerosos estudos em que os sistemas de punição e recompensa, ou mesmo a justa recompensa reduziram a motivação e o desempenho. Por exemplo, crianças a quem foi dado um doce como recompensa por se terem saído bem num teste pioraram no teste seguinte, em comparação com aqueles a quem não foi dado um doce. A mera sugestão de que a criança tem um motivo extrínseco que não o valor intrínseco no tema pode reduzir o seu interesse. Resumindo a mensagem chave do seu livro, Kohn (1994) diz,

Nunca poderemos atingir os nossos objetivos a longo prazo fazendo as coisas pelos estudantes, mas sim trabalhando com eles. Recompensas, como punições, são formas de fazer as coisas pelas pessoas. E nessa medida nunca poderão ajudá-las a assumir a responsabilidade pelo seu próprio comportamento, a desenvolver um sentido de si próprias como pessoas atenciosas, a trabalhar o mais criativamente possível ou a tornarem-se aprendizes entusiasmados para o resto das suas vidas. As recompensas, tal como as punições, minam ativamente esses objetivos.

Isto não significa que os adultos não devam ser claros e firmes sobre as suas expectativas em relação ao comportamento da criança, mas dentro disso, a criança precisa de espaço para resolver as coisas por si própria. Cuidadores e outros adultos que são calorosos e proporcionam expectativas claras e consistentes sobre o comportamento das crianças, também encorajam o desenvolvimento da consciência precoce (Eisenberg e Murphy, 1995; Kochanska, 1991, 1993, 1995). A modelação de papéis pró-sociais desempenha um papel crucial para mostrar à criança um comportamento moralmente responsável.

Porges (2017, p.221) explica porque é que os castigos e recompensas são especialmente problemáticos nos casos das crianças cujo desenvolvimento foi afetado pelo trauma.

Adicionalmente, o sistema nervoso da criança pode não estar suficientemente desenvolvido para se regular num cenário complexo. Assim, em vez da compreensão de como o sistema nervoso regula o estado comportamental, tentamos utilizar estratégias de aprendizagem através do castigo ou da recompensa para mudar o comportamento quando os mecanismos neurais talvez não estejam suficientemente desenvolvidos ou sejam atípicos. Assim, estas estratégias são, na melhor das hipóteses, ineficientes.

Reparação

Como já foi dito, é útil ter expectativas claras sobre o que é um comportamento aceitável e o que não é. Quando uma criança ultrapassa um limite, podemos ajudá-la a pensar sobre isso e encontrar formas de corrigir as coisas. Fazer reparações por algo doloroso ou nocivo que tenha feito, proporciona-lhe a experiência vital para o desenvolvimento de contribuir e corrigir (Dockar-Drysdale, 1953, Winnicott, 1963). E isto deve ser feito de uma forma que a criança seja capaz de fazer e que seja significativo para si.

Muitas crianças acreditam que os erros que cometem, ou os seus comportamentos negativos, têm consequências catastróficas e duradouras. Aprenderam isto através da experiência. Uma pequena transgressão pode ter resultado numa resposta severamente agressiva, punitiva ou abusiva por parte de um cuidador. Em alguns casos, um comportamento difícil pode ter sido seguido por uma mudança

importante, como por exemplo, ser retirado à família. A criança acredita frequentemente que é 'má' e responsável por tudo o que acontece.

A capacidade de fazer reparações em vez de ser punida, também exige que a criança tenha algum grau de empatia e preocupação pelos outros. Para as crianças que são tão emocionalmente subdesenvolvidas, pode levar bastante tempo até que o possam fazer. Para mostrar preocupação e cuidar dos outros, em primeiro lugar, precisam de ter a experiência de serem cuidados. Podemos também encorajar o desenvolvimento da empatia discutindo com a criança, o seu comportamento e como este pode fazer sentir os outros. Perry e Szalavitz (2010, p.313) sugerem,

Encorajar a empatia, a disciplina pelo raciocínio, a tomada de perspectiva, a consistência das consequências apropriadas e, acima de tudo, o amor.

Continuam (p.314),

Se você ensinar as crianças a comportarem-se usando a razão, será mais provável que estas se tornem razoáveis.

Dockar-Drysdale (1953, p.7) argumentou no seu artigo, "Alguns Aspectos do Dano e Restituição", que uma abordagem punitiva pode mesmo prejudicar o potencial da criança para desenvolver a capacidade de preocupação para com os outros,



Eu sugiro que a punição não só antecipa como dificulta e provavelmente até bloqueia o processo natural de reparação, impedindo assim o processo posterior pelo qual a criança pode dirigir para canais construtivos os sentimentos hostis que levaram à culpa e à necessidade de fazer a reposição.

As crianças traumatizadas estão familiarizadas com serem castigadas, humilhadas e magoadas. Castigar uma criança destas, é suscetível de desencadear na sua memória estas experiências, causando-lhe raiva e ressentimento para com quem quer que seja que o esteja a castigar. Um adulto competente precisa de adotar uma abordagem sem juízos de valor. Esta abordagem é mais centrada no trabalho de modificação do comportamento pró-social, em vez de culpar a pessoa. A isto tem-se chamado, "desafiar o comportamento, não a pessoa" (Barton, Gonzalez e Tomlinson, 2012). Ajuda mais transmitir a mensagem de que é o comportamento que

consideramos inaceitável, e não a pessoa.

É crucial que prestemos atenção às necessidades de qualquer pessoa que sofra por causa de um ato anti-social. Por exemplo, uma criança que tenha um bem valioso roubado e danificado. Ou um grupo de crianças que tem de suportar danos infligidos na sua Casa de Acolhimento. Winnicott (1961, p.175) argumenta,

É perfeitamente possível que um criminoso individual seja perdoado e, no entanto, que exista um reservatório de vingança e também de medo que não nos podemos dar ao luxo de negligenciar; não podemos pensar apenas em termos de tratar criminosos individuais, esquecendo que a sociedade foi ferida e também precisa de tratamento.

Enquanto Winnicott fala de criminosos e da sociedade, o mesmo princípio se aplica às crianças em Casas de Acolhimento e outros contextos. Se negligenciarmos o sofrimento infligido numa criança e a um grupo,

desenvolver-se-á um clima de medo e de retaliação. Também pode ser importante para as crianças verem que não é dada toda a atenção à criança que tem sido anti-social. Se ele ou ela não for capaz de reparação, ele ou ela pode ser gerido com segurança, e às outras crianças pode ser dada a oportunidade de comunicar aquilo que sentem.

Consequências do Comportamento - Positivas e Negativas

No entanto, as crianças devem ser ajudadas a compreender que pode haver consequências positivas e negativas do seu comportamento. Precisamos de as ajudar a compreender as consequências positivas do seu comportamento, tanto quanto, se não até ainda mais do que as consequências negativas. Isto porque está muito claro para estas crianças que podem fazer coisas dolorosas e destrutivas, mas muitas vezes não fazem ideia de que podem fazer coisas que dão prazer e fazem os outros sentir-se bem. Muitas vezes sentem que são insignificantes para os outros e a única forma de poderem ter impacto e ter algum significado é sendo desafiantes. Como Perry (2016) disse, precisamos de ajudar as crianças a sentirem o valor intrínseco nas relações.



Os sistemas de recompensa e castigo minam frequentemente a ideia de que uma criança pode estar interessada no que outro pensa ou sente sobre si. A chave para um crescimento saudável não se baseia no medo ou no ganho material, mas em desenvolver um sentido de cuidado e preocupação pelos outros no contexto de relações com significado. Referindo-se aos sistemas de pontos, por vezes utilizados para induzir as crianças a mudarem o seu comportamento, Perry (2016) argumentou que, ironicamente, muitas vezes estes falham no essencial, especialmente no trabalho com crianças e jovens que não estão emocionalmente regulados. Em vez disso, ele afirmou que,

"As interações humanas positivas são a recompensa mais positiva que podemos experimentar".

Consequências Naturais

Por vezes precisamos de ajudar uma criança a compreender algo sobre as consequências negativas do seu comportamento e de fazer algo, se possível, para o corrigir. Quanto mais natural ou 'lógica' for a consequência para o comportamento, maior é a probabilidade de fazer sentido para a criança. Por exemplo, se a criança danificou algo em casa, ajudar a consertá-lo é mais relevante do que ter de ir para a cama cedo. Ajudar a consertar algo que tenha sido quebrado pode ser entendido como uma consequência natural. No entanto, Kohn (1995) avisa-nos como é fácil na utilização das consequências deslizar para uma forma disfarçada de castigo,

Algumas pessoas parecem pensar que se lhes chamarmos "consequências" ou se inserirmos o modificador "lógico", então está tudo bem. "Consequências lógicas" é um exemplo do que eu chamo de "castigo *light*", uma forma mais amável e gentil de fazer coisas às crianças em vez de trabalhar com elas.

No entanto, usadas de forma útil, as consequências em vez do castigo, podem ser vistas como uma forma de disciplina, mostrando e ensinando as crianças a comportarem-se, proporcionando um clima de respeito mútuo, onde os problemas são vistos como oportunidades de aprendizagem e crescimento. As crianças são apoiadas para aprenderem com os seus erros através de consequências naturais e lógicas. A autodisciplina tem mais possibilidade de crescer a partir daí. Redshaw et al. (2012, p.44) descrevem as diferenças entre disciplina e punição,

Qualidades da Disciplina

- Ensinar
- Um clima de respeito mútuo
- Os problemas são oportunidades
- Planeamento preventivo – uma atenção e um enfoque proactivo na prevenção de problemas
- Consequências naturais/lógicas, discutidas com as crianças
- Razões e benefícios para os standards
- Exige responsabilidade
- Ensina valores de cuidado, controlo pelos valores internos
- Adultos como orientadores e mentores

De acordo com Laursen (2003), um dos principais objetivos da disciplina é o de

... proporcionar um ambiente seguro e consistente onde as crianças possam aprender regras razoáveis, limites e consequências, bem como as razões para os mesmos.

Qualidades de Punição

- Infligir dor, penalizar, causar perda, sofrimento, tratar de uma forma áspera e severa
- Deve respeitar os que estão no poder
- Os problemas requerem punição
- Resposta reativa
- Consequências arbitrárias, inconsistentes
- Fá-lo porque eu o disse
- Exige obediência
- Ensina o cumprimento das regras
- Adultos como governantes
- Controlado por execução externa

Poderemos nunca ter a certeza de que um elemento de uma resposta punitiva não deslize para consequências naturais e disciplina. Estas situações e as relações entre crianças e adultos são emocionais por natureza. Refletir sobre o que aconteceu, por si próprio, com outros adultos, e com as crianças, proporcionará um fator de proteção. Temos também de nos agarrar à crença de que as dificuldades podem ser resolvidas, e que as pequenas reações para com a criança não são desastrosas. É apenas quando as essas reações à criança se tornam frequentes e normalizadas no sistema, que é muito provável que ocorram sérias dificuldades, por exemplo, onde os castigos corporais são comuns dentro de uma família ou escola e justificados como ensino às crianças do que é certo e errado. Isto é ainda mais prejudicial quando é reativo, severo e baseado no estado de espírito do adulto a cada momento.

Pelo menos se a punição se tiver fundamentado num conjunto de regras e se tiver sido aplicada de forma consistente, a criança talvez possa ter percebido que o sistema foi justo e não foi tão pessoal, ou seja, todos foram punidos da mesma forma por esse comportamento e não fui só eu. Isto não significa que se consiga alguma coisa com a punição, mas sim que esta punição pode ser menos prejudicial. Há também uma grande diferença entre uma criança que por vezes se sente duramente tratada no contexto de um ambiente amoroso e carinhoso, em comparação com uma criança que se encontra num ambiente negligente e/ou abusivo.

Significado por trás do Comportamento

Para regressar à ideia inicial sobre o comportamento baseado na dor. Antes de podermos decidir se utilizamos alguma das abordagens anteriores, punições, recompensas, consequências ou disciplina, parece essencial que tenhamos alguma compreensão do significado potencialmente associado ao comportamento. Não teríamos qualquer dificuldade nos casos mais óbvios, por exemplo, punir alguém por não ser capaz de fazer algo fora da sua capacidade: castigar alguém por ter uma deficiência ou um bebé

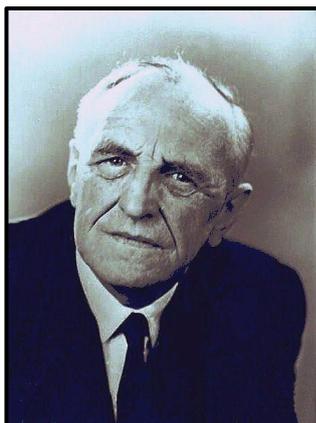
por não arrumar o seu quarto. Ou por se comportar de uma forma tipicamente adequada à sua idade, como por exemplo, um bebê a chorar. No entanto, sabemos que bebês, pessoas com deficiências, pessoas com problemas de saúde mental, os idosos, têm sido e podem ser tratados de forma punitiva.

Noutras situações, o comportamento pode ser mais difícil de compreender. Mas se não tivermos qualquer ideia sobre a possível razão para o comportamento, podemos não fazer qualquer diferença para melhorar a situação e podemos até piorá-la. Durante o último século, importantes progressos foram feitos no reconhecimento de que o comportamento difícil pode estar ligado a muitos fatores diferentes e o comportamento extremamente difícil pode ser "tratado" através da resposta à causa raiz ou à necessidade que está por detrás do comportamento. Vou dar algumas razões pelas quais este tipo de pensamento é de importância vital.

1. Comportamento anti-social e desenvolvimento da criança

Em certas fases de desenvolvimento, o comportamento difícil pode fazer parte do processo de desenvolvimento da pessoa. Um certo grau de atuação delinvente pode ser uma forma de gerir sentimentos e conflitos difíceis e de passar por uma fase de desenvolvimento. Por exemplo, a adolescência é bem conhecida por ser uma época em que os jovens entram em conflito com os pais e a sociedade. O comportamento adolescente pode ser uma forma de sentir-se real e empoderado, num período de medo subjacente e de sensação de descontrolo. É uma época de grandes mudanças, física e emocionalmente, deixando de se ser uma criança para se tornar um adulto. Winnicott (1963) refere-se à adolescência como o "marasmo". A adolescência é um processo de separação das figuras parentais e um processo em que os jovens estão a formar a sua identidade. Normalmente, os adolescentes podem formar grupos que têm uma atitude anti-autoritária desafiadora. Pode haver delinquência grupal, bem como individual. Isto não significa que não haja necessidade de haver regras e limites, mas também pode não haver necessidade de se preocupar demasiado. Winnicott (1963, p.132) diz,

Não significa que nós, os adultos, tenhamos de dizer: 'Olha para estes queridos adolescentes a terem a sua adolescência; temos de aguentar tudo e deixar que as nossas janelas se partam'. Não é esta a questão. A questão é que somos desafiados e enfrentamos o desafio como parte da função da vida adulta. Mas nós enfrentamos esse desafio em vez de nos propormos a curar o que é na sua essência, saudável.



2. Comportamento anti-social como um sinal de esperança

Se o comportamento parecer mais preocupante, pode ser uma tentativa de chamar a atenção para uma necessidade. Como disse Winnicott (1956, p.309), o comportamento delinvente ou a tendência anti-social pode ser um sinal de esperança.

A tendência anti-social implica esperança. A falta de esperança é o aspeto elementar da criança negligenciada que, evidentemente, não é sempre anti-social. No período de esperança, a criança manifesta uma tendência anti-social. A compreensão de que a tendência anti-social é uma expressão de esperança é vital no tratamento de crianças que mostram a tendência anti-social. Uma e outra vez, vemos esses momentos serem desperdiçados, devido a má gestão ou à intolerância. Esta é outra forma de dizer que o tratamento da tendência anti-social não é psicanálise, mas sim gestão, uma forma de ir ao encontro e corresponder ao momento de esperança.

Como Winnicott salienta que pode haver uma oportunidade terapêutica a ser apresentada pelo comportamento. Se houver uma reação impulsiva em vez de uma resposta ponderada ao comportamento da criança, é provável que a oportunidade seja perdida. Este conceito foi inovador e central para o trabalho da comunidade terapêutica em que comecei a trabalhar. Winnicott era um pediatra e psicanalista. O seu trabalho prolífico teve uma grande influência nas abordagens à parentalidade e ao trabalho terapêutico

com os jovens. Este também deu palestras a guardas prisionais e escreveu sobre cuidados residenciais. Kahr (2020, p.57-58) capta a essência do conceito,

Winnicott reuniu as suas ideias sobre as primeiras raízes da delinquência num ensaio histórico, "A Tendência Anti-social", no qual descreveu o caso de "John", um jovem rapaz que roubava compulsivamente das lojas. Embora a maioria dos psicanalistas de meados do século XX insistisse em trabalhar com os seus pacientes cinco vezes por semana, Winnicott sabia que tal não seria possível para muitas famílias, ou mesmo necessário; por isso, ajudou John, falando longamente com a mãe do rapaz. Com tremenda compaixão e perspicácia, Winnicott (1956, p.307) disse à mãe: "Porque não dizer-lhe que sabe que quando ele rouba, não quer as coisas que rouba, mas procura algo a que tem direito: que está a reclamar da sua mãe e do seu pai porque se sente privado do amor deles". A mãe seguiu, de facto, a recomendação de Winnicott; e, em vez de simplesmente castigar John como a maioria dos pais daquela época o teria feito, ela envolveu o rapaz numa conversa e descobriu que ele acreditava que os seus pais não o amavam. Uma discussão tão franca e tocante entre mãe e filho acabou por se revelar muito terapêutica, tanto que, em anos posteriores, Winnicott (1968) passou a considerar a delinquência juvenil como um grito de esperança de ajuda.

Exemplo 1: Durante mais de 35 anos, vi os benefícios do conceito de Winnicott serem aplicados na prática. Recentemente, um prestador de um serviço de cuidados residenciais que consultei falou-me de uma das suas raparigas, Ana, que tem 10 anos de idade. Ana vive com um grupo de 9 raparigas, numa casa com 5 grupos de tamanho semelhante no mesmo grande edifício. A funcionária sénior, Eva, disse-me que Ana tinha começado a levantar-se frequentemente durante a noite, a sair do seu grupo, e a ir ter com um dos elementos da equipa da noite. Os adultos estavam preocupados com isto e perguntavam-se sobre o que poderia ser feito. Talvez a Ana estivesse assustada sozinha no seu quarto? Ao explorar isto com Eva, prestámos atenção ao padrão de comportamento de Ana. Aconteceu em certas noites da semana? O que é que ela fez quando se levantou e deixou o seu espaço de vida em grupo? Havia pessoal noturno diferente a trabalhar em noites diferentes. A Ana não tinha qualquer explicação para o facto de estar a fazer isto. Eva reparou que ela só se levantou quando um dos membros do pessoal noturno estava a trabalhar, a Raquel.

A Raquel costumava colocar no chão o candeeiro aceso do quarto da Ana, para que a luz fosse menos forte. Esta lâmpada era deixada acesa porque a Ana tinha medo do escuro. Assim, apesar de Ana não poder ver Raquel, ela sabia que era ela que estava de serviço, pois era a única que o fazia. Pensando na razão pela qual Ana iria ter com Raquel, tornou-se claro que Raquel era especialmente maternal e carinhosa na sua personalidade. Isto podia ser observado no cuidado que tinha ao colocar a luz noturna no chão. A primeira infância de Ana contou com algumas experiências positivas, mas também com negligência significativa. Parecia uma hipótese razoável que a Ana procurava alguma atenção individual da Raquel. Eva decidiu explorar mais esta questão com as duas pessoas responsáveis pelo grupo de Ana e ambas estavam convencidas de que ela o fazia por medo, como acontecera no passado. Contudo, examinando a situação com a Raquel, esta confirmou que Ana não parecia assustada quando vinha ter consigo durante a noite. Descreveu que caminhavam calmamente de volta, que a aconchegava na sua cama e ficava um pouco com Ana, e que não demorava muito a adormecer de novo até de manhã. Nesse momento interrogaram-se se em vez de sentir medo, a Ana estaria a receber da Raquel algo que ela precisava, pelo que os adultos começaram a prestar mais atenção à Ana e a ajudá-la a fazer da sua hora de dormir uma experiência mais nutritiva e com mais atenção de um para um. Começaram a fazer isto e mais ou menos imediatamente a Ana parou de se levantar à noite e dormiu melhor. Este é um exemplo simples de como pensar o comportamento como uma pista e uma oportunidade para satisfazer uma necessidade. Infelizmente, é também possível que uma criança que se comporta regularmente como Ana possa ser respondida de uma forma controladora, essencialmente para parar o comportamento. O seu comportamento mostra a resiliência e a esperança de uma criança que foi negligenciada, em encontrar uma forma de obter o que precisa.

Exemplo 2: Este exemplo é de um artigo de John Whitwell (1998),

"Um exemplo de confronto da realidade:

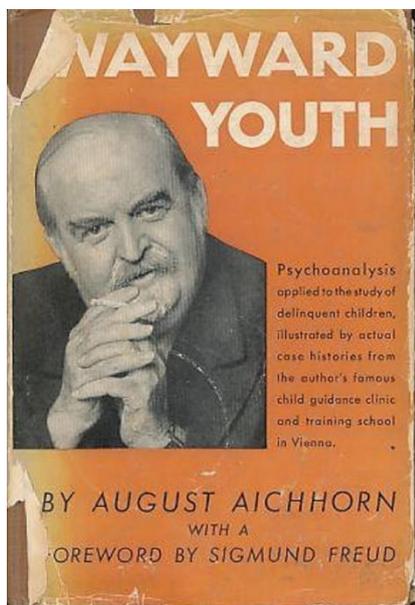
No final da sessão, passámos algum tempo com Stephen, que sabíamos que tinha roubado uma grande quantidade de Legos. Em muitos aspetos, foi um processo árduo, dando um passo em frente e outro atrás. Após três quartos de hora, ele reconheceu que poderia ter levado uma peça por engano. Após uma hora e meia reconheceu que talvez fossem mais algumas e que podíamos ir ao seu quarto e após três horas uma pilha de Legos pôde ser devolvida. Este trabalho só foi possível através do esforço conjunto de nós os três. Permitted que aspetos diferentes, sentimentos, pensamentos, fossem expressos e contidos por pessoas diferentes em momentos diferentes, ou seja, alguém contendo a empatia, alguém a tristeza, alguém a raiva, etc., criando algo que acabou por ser suficientemente contido e desafiador para possibilitar que Stephen fosse capaz de corrigir algo num contexto em que não houvesse culpa ou consequências devastadoras. Foi uma experiência comovente e algo de significativo tinha tido lugar para Stephen e para a nossa relação com ele.

Já disse que as crianças não integradas não precisam de permissividade. A sua falta de limites pessoais necessita de limites externos claros. Contudo, controlo, sanções, castigos não são palavras que se encaixem bem num ambiente terapêutico".

Exemplo 3 - Este exemplo é do meu trabalho na Comunidade Cotswold.

"Os dois primeiros anos de vida de Robert caracterizaram-se por um pai ausente e separações traumáticas da sua mãe, num ambiente geralmente caótico e pouco confiável. O seu desenvolvimento, a partir de então, fora repleto de dificuldades. Na altura do pedido de acolhimento residencial, Robert foi descrito como incontrolável e incapaz de assumir a responsabilidade pelos seus atos. O seu comportamento anti-social incluía roubo, destrutividade (vandalismo), roubo de carros e fuga. Alguns meses após o seu acolhimento, reparámos em vários iogurtes escondidos no seu quarto e embalagens de cartão vazias deitadas no chão do lado de fora da janela. Estava a tirar iogurtes do frigorífico durante a noite, comendo-os e depois atirando as caixas de cartão pela janela. Como Robert era normalmente muito hábil em roubar e esconder coisas, pareceu estranho que à partida estivesse a fazer pouco esforço para esconder estas embalagens de cartão. Tendo discutido isto com o cuidador de Robert, Terry, decidimos que isto poderia ser um "sinal de esperança", que Robert estava a procurar que lhe proporcionássemos uma experiência, simbolizando a provisão que ele perdera na primeira infância e que ajudássemos a preencher algumas das lacunas deixadas por isso. Dockar-Drysdale (1961, p.63) descreveu o significado desta provisão e de como esta pode ser fornecida, na sua produção escrita nos termos da provisão "adaptação às necessidades individuais". Ela comparou-a com a forma como uma mãe responde aos "gestos espontâneos" do seu filho, tal como descrito por Winnicott.

Em vez de o confrontar, Terry perguntou simplesmente a Robert se ele gostava de iogurtes, ao que Robert sorriu, parecendo bastante embaraçado e disse que sim. Terry perguntou-lhe se gostaria que lhe fornecessem iogurtes como uma coisa especial à hora de dormir, imediatamente antes de se deitar. Robert respondeu com entusiasmo que sim. Isto tornou-se então uma provisão fiável de Terry para com Robert, nas suas noites, todas as semanas, durante mais de um ano. Robert guardava os cartões vazios e eventualmente tinha uma pilha muito alta deles. McMahon (1995), referindo-se ao mesmo caso, salientou que as caixas de iogurte podem ter representado a experiência emocional que Robert agora tinha guardado dentro dele. Certamente, nessas alturas em que Robert recebeu os seus iogurtes de Terry, ele sentiu-se como uma criança pequena a desfrutar de uma experiência nutritiva significativa. Uma vez que esta provisão era importante para Robert, representando uma "experiência primária" precoce da qual ele tinha sido privado na infância, era preciso que fosse fiável. O seu cuidador Terry nunca seria solicitado a fazer mais nada naqueles momentos e o seu tempo com Robert seria protegido, assegurando que a provisão não seria perturbada". (Barton, Gonzalez, e Tomlinson, 2012, p.95-96).



Em todos estes exemplos, o aspeto chave da resposta é pensar no que está a acontecer e, se possível, compreender a causa do comportamento. Quando algo parece funcionar, e ocorre uma mudança na criança, não podemos ter a certeza exata do que a causou. Pode ser que a hipótese esteja correta, ou que a criança tenha simplesmente respondido ao facto de ter sido pensada pelos adultos, tendo-lhe sido dada atenção. Assim, tal como um castigo é um método simples de dar a mesma coisa a todos, precisamos de nos esforçar por lembrar que cada criança e cada situação é única. Quando sentimos que fomos bem-sucedidos numa situação, há sempre o risco de tentarmos encaixar situações que parecem semelhantes na mesma formulação (Aichorn, 1925, p.37). Isto pode levar-nos a ignorar informação e a não prestar atenção, uma vez que já saltámos para a nossa conclusão. Aichorn (p.39) resume bem esta ideia,

Se o médico se limitar a clarificar os sintomas, ele não cura necessariamente a doença. A possibilidade de uma nova doença pode permanecer; novos sintomas podem substituir os antigos. Na reeducação do delinvente, temos uma situação análoga. A nossa tarefa é remover a causa, em vez de eliminar o comportamento explícito ... o que os pais empreendem por via de correção ou punição serve apenas para suprimir o comportamento dissocial. Se este comportamento desaparece, o problema é considerado resolvido. No entanto, o desaparecimento de um sintoma não indica uma cura.

Aichorn (p.41) prossegue afirmando,

Sem descoberta das profundas causas subjacentes da delinquência, qualquer cura é acidental.

3. Punição e Dependência

Uma pessoa pode desenvolver uma dependência de ser castigada. Isto pode ser devido ao facto de se ter tornado familiar. Pode também ser porque a pessoa começou a ter prazer em ser castigada. Esta é uma forma de desenvolvimento do masoquismo. A pessoa não tem controlo sobre ser magoada, pelo que uma forma de controlo pode ser transformar a dor em prazer. Isto também retira o poder ao punidor ou abusador. Consigo lembrar-me de um rapaz de 8 anos com quem trabalhei a pedir-me a mim e a outros para lhe baterem. Queria ser batido e deparou-se com extrema dificuldade quando nos recusámos. Na verdade, estava a pedir para ser 'castigado' de uma forma que lhe era familiar. Qualquer punição que recebesse, apenas reforçaria o seu padrão. O castigo também o ajudava a evitar o que era muito mais difícil para ele - pensar e falar.

4. A Cegueira da Realidade e o Consciencialização

Muitas vezes as crianças difíceis e os adultos criminosos não têm qualquer discernimento ou controlo sobre a razão pela qual fazem aquilo que fazem. Fritz Redl usou o termo "cegueira da realidade". A criança não só nega ter feito algum ato delinvente ou agressivo, como também não sabe que o fez. Um jovem assim, tende a viver inteiramente no presente, sem um passado a lamentar e sem um futuro a considerar (Whitwell, 1989). Sem trabalhar para melhorar isso, a mudança é improvável. Os padrões podem até ser reforçados. Na sua investigação sobre comportamento criminal, Kahr (2020, p.49) tem isto a dizer sobre a importância da tomada de consciência,

Com base na observação de que a maioria, se não todos, os pacientes ofensores têm muito pouca ou nenhuma consciência dos motivos pelos quais perpetraram crimes, Franz Alexander e Hugo Staub

argumentaram que os investigadores devem esforçar-se por desvendar as motivações ocultas da violência. Eles também criticaram a tradicional prescrição da punição como "psychologisch unsinnig" (Alexander e Staub, 1929, p.76), a saber, "psicologicamente disparatada". De facto, estes investigadores de vanguarda chegaram mesmo a levantar a hipótese de que a perspectiva de punição poderia estimular alguns dos infratores mais masoquistas e poderia, portanto, encorajar a criminalidade.

Whitwell (2018, p.20) explica a ligação entre a abordagem não punitiva e o desenvolvimento da consciencialização.

A Comunidade Cotswold não tinha um sistema de castigos e recompensas para controlar as crianças porque ter crianças "sob controlo" não era a nossa tarefa principal. Como terapeutas, estávamos mais interessados no significado do comportamento do que no simples controlo do mesmo. Se uma criança se comportasse de uma forma anti-social, queríamos saber porquê e, em última análise, queríamos que a criança compreendesse porquê, porque um ganho de percepção por parte da criança levaria a uma mudança de comportamento. Por exemplo, se se compreende por que razão se é impelido a roubar, já não é possível roubar com impunidade. Não estávamos interessados em que as crianças se comportassem bem enquanto residiam na Comunidade e depois se desmoronassem uma vez que saíssem.

Referindo-se ao trabalho visionário de Eileen Vizard, Kahr (2020, p.89) confirma o valor desta abordagem,

... Comecei certamente a apreciar que a psicoterapia reduz, de facto, a probabilidade de reincidência consideravelmente, especialmente depois de os jovens pacientes terem tido a oportunidade de verbalizar as suas primeiras experiências traumáticas e de conseguir tanto a catarse como a tomada de consciência

Os Desafios de Ser Não-Punitivo

Adotar uma resposta não punitiva não é fácil por muito que estejamos convencidos da racionalidade. Uma das razões é que as crianças e os adultos tenderão a testar os limites. Este é um processo natural necessário para que a criança saiba onde estão os limites e se sinta segura. Quando se está na posição de ser o 'fixador de limites', isto é muitas vezes desafiante, quer como pai, como gestor no trabalho, quer no trabalho terapêutico. Frequentemente, as pessoas também precisam de saber que estão a salvo de reações severas e punitivas. Assim, para além de lhes ser implicitamente pedido que esclareçam um limite, o processo pode muitas vezes também sentir-se provocador e testado. Nada pode ser mais assim do que no trabalho com crianças que sofreram traumas complexos, incluindo abusos e negligências. Estas crianças precisam de segurança e de limites claros, mas também de ser compreendidas e cuidadas. Paradoxalmente, podem tentar e provocar reações dolorosas para se sentirem em controlo em vez de serem apanhados de surpresa. Falando do seu trabalho como consultora na Cotswold Community, Dockar-Drysdale (1953, p.3) diz,

Muitas das crianças que nos chegam procuram punição, e, em consequência, são autodestrutivas.

Quando as crianças estão à procura de punição, muito provavelmente persistirão de uma forma que nos empurra para os nossos limites. Certamente, teremos de tolerar reações fortes dentro de nós próprios, incluindo sentimentos punitivos. Isto pode ser muito preocupante para as pessoas que se veem a si próprias como carinhosas e amorosas. Bruno Bettelheim, que dirigia um centro de acolhimento residencial em Chicago (1974), afirmou,

Não são tanto as ações ou sentimentos do paciente contra os quais o pessoal precisa de se proteger, mas sobretudo dos seus próprios sentimentos.

Ter este tipo de sentimentos pode ser natural. É o esforço de estar em sintonia com estes sentimentos, de os gerir e não reagir, que é uma demonstração significativa de cuidado. A compreensão e a persistência nesta perspetiva requerem apoio. O apoio inclui a oportunidade de refletir com um supervisor, consultor ou gestor qualificado, e também com as equipas, bem como com treino e formação. Sem um apoio eficaz, muitos trabalhadores não conseguirão sobreviver a estes desafios. Estes podem ir embora ou ficar doentes. Tornam-se altamente defensivos, insensíveis ou reativos. Infelizmente, muitas instâncias de abuso provavelmente estão relacionadas com dificuldades nesta área. Dockar-Drysdale (1969, p.58) afirmou que a punição é frequentemente este tipo de atuação. Também faz a ligação (1968, p.10), entre stress, suporte e reatividade,

Eu suporia que os sistemas disciplinares de um lugar estão ligados ao nível de stress que pode ser tolerado pelos profissionais: quanto mais baixo o nível de tolerância ao stress, mais dura será a disciplina. Métodos de punição organizados e consistentes (ou rígidos), por exemplo, tendem a ignorar o stress consciente da pessoa que aplica a punição. Onde existe uma "punição aplicada para se ajustar ao crime" o stress pode ser facilmente negado ... Uma pessoa que imponha medidas disciplinares, contudo, atua frequentemente sob um stress considerável e complexo do qual pode não estar consciente. Tanto o punidor como o punido podem estar envolvidos numa espécie de excitação inconsciente, o que pode resultar num emparelhamento, e isto pode perpetuar um padrão patológico de punidor/punido.

Esta observação da excitação mútua inconsciente é importante. Sapolsky (2017, p.66) refere-se à investigação neurocientífica que demonstrou como a punição pode libertar o prazer relacionado com a dopamina química no cérebro. Como resultado, Sapolsky (ibid) diz:

"Punir as violações das normas é satisfatório".

Isto aumenta o desafio de ser não punitivo. Temos de lutar contra o que pode ser uma tentação biológica para punir. Para além de lidarmos com as nossas tendências punitivas, temos também de lidar com a tentativa da criança de nos puxar para o papel de punidor. Greene (2020) explica bem isso no seu artigo relatando o que aconteceu a alguns dos órfãos romenos que foram retirados há 30 anos. Muitos destes órfãos sofreram privações e abusos terríveis. Referindo-se à experiência de um dos adultos que entrevistou, Izidor, afirma,

Incapaz de receber e processar o afeto da sua família, ele só queria saber como se posicionar. Era mais simples no orfanato, onde ou se estava a ser espancado ou não se estava a ser espancado.

O próprio Izidor, diz, " eu respondia melhor a ser batido". Ele achou mais fácil ser castigado do que pensar ou falar. É errado pensar que a maioria dos infratores das regras, especialmente quando são habituais e criminosos, são suscetíveis de sofrer dor em resultado da punição. Sapolsky (p.182-183) referindo-se à investigação sobre crianças entre os dois e os dez anos de idade, confirma este ponto,

"Essencialmente, o comportamento dos futuros sociopatas parece impermeável a um feedback negativo. Como notámos, os elevados limites da dor em sociopatas ajudam a explicar a sua falta de empatia - é difícil sentir a dor de outra pessoa quando não se consegue sentir a nossa própria dor. Também ajuda a explicar a impenetrabilidade ao feedback negativo - porquê mudar o nosso comportamento se a dor não se regista?"

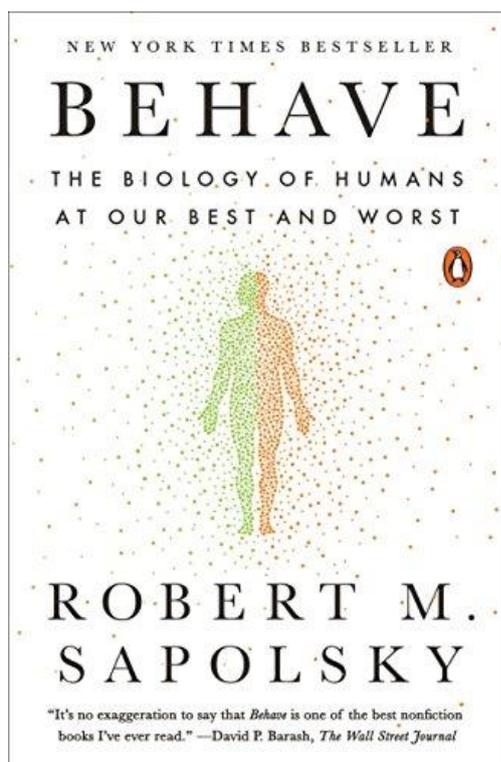
Parece ser claro que o castigo não funciona para mudar a criança de forma positiva. Pode mesmo gratificar a criança ou causar entusiasmo. No entanto, ter uma abordagem não punitiva exige que o nosso pensamento, função executiva, esteja a funcionar bem. Sabemos que isto é menos provável quando

estamos sob grande tensão. Pode argumentar-se que na sociedade, existe também uma correlação entre stress e punição. Quanto maior for o stress na população, mais se poderá sentir necessário que as pessoas que infringem as regras sejam punidas. A punição dos infratores pode proporcionar uma espécie de alívio catártico para os não infratores. Sapolsky (p.635) afirma que a investigação demonstrou que onde se estabelece um sistema de punição que requer um investimento de tempo e dinheiro, o comportamento pró-social pode melhorar na sociedade. Este é um argumento de que a punição pode servir um propósito útil como fator de proteção.

No entanto, para os punidos, os resultados são universalmente fracos. Kahr (2020) refere-se à investigação internacional que mostra altas taxas de reincidência de reclusos libertados, ao serem condenados novamente e detidos. A nível social, Kahr argumenta que a abordagem punitiva é negligente. Os cidadãos cumpridores da lei são deixados sob o risco dos crimes adicionais que os criminosos não reabilitados cometerão. Isto é ainda mais verdade no caso de crianças que têm profundas dificuldades devido às suas experiências de infância. Podemos ajudá-las a recuperar e a desenvolver-se e continuar a dar um contributo positivo para a sociedade ou desperdiçar a oportunidade e encarar o risco de as crianças se tornarem um fardo para a sociedade, com grande sofrimento para si próprias e potencialmente para os outros.

A Necessidade de Segurança

Sapolsky salienta o importante aspeto de que uma razão para impor restrições, como a prisão de criminosos, é para que os outros estejam seguros. O encarceramento pode ser considerado um fator de proteção. Da mesma forma, pode ser necessário impor restrições às crianças para a proteção e bem-estar de outras pessoas. Por exemplo, pode existir o plano de levar um grupo de crianças de uma casa de acolhimento ao cinema. Uma criança pode estar a comportar-se de uma forma pouco segura. Os profissionais podem decidir excluir esta criança do passeio, pois pode não ser seguro, ou pode comprometer a atividade às outras crianças. A criança pode queixar-se de que se trata de um castigo e sentir genuinamente que o é. Este é um dos desafios de confrontar uma criança com a realidade. Por exemplo, "não, não podes ter mais", ou "esse comportamento não é bom, não te vou permitir fazer isso". Para a criança, isto pode parecer tão punitivo como ser batida, ou a qualquer outro ato que, por natureza, se destine a infligir dor. O objetivo do castigo é causar dor como dissuasor, enquanto o objetivo de enfrentar a criança com a realidade é, em primeiro lugar, tornar claro um limite e uma expectativa. Em segundo lugar, espera-se que a criança ganhe consciência. Se isso acontecer sem demasiada dor, todos ficarão felizes. Embora não haja nada que incomode mais um punidor do que o infrator a rir ou a sorrir com o castigo, isto é um desafio à dor. Estamos provavelmente familiarizados com expressões como, "podes tirar esse sorrisinho da cara", ou "não te atrevas a ser tão insolente", ou, encontrar outra punição acrescentada em cima da primeira. As respostas da criança podem desafiar e causar dúvidas no adulto que toma a



decisão, que pode mesmo ser acusado de ser abusivo. O adulto terá de ponderar se está a tomar a decisão certa pela razão certa. Para além de ser punitivo, há também o risco de ser conivente com a criança por medo de potenciais reações.

Quando as crianças são acompanhadas de muito perto devido à sua imaturidade e aos riscos envolvidos, pode sentir-se o ambiente como rígido. Isto acontece especialmente quando existe um desfasamento significativo entre a idade cronológica de uma criança e o seu nível de maturidade emocional. Será necessário que fique claro quais são as regras e os limites. Winnicott (1950, p.157) explica,

Quando as crianças são acompanhadas de muito perto devido à sua imaturidade e aos riscos envolvidos, pode sentir-se o ambiente como rígido. Isto acontece especialmente quando existe um desfasamento significativo entre a idade cronológica de uma criança e o seu nível de maturidade emocional. Será necessário que fique claro quais são as regras e os limites. Winnicott (1950, p.157) explica,

É preciso lembrar que mesmo nas comunidades mais rigorosas, desde que haja coerência e justiça, as crianças podem descobrir humanidade entre si, e podem mesmo vir a valorizar o carácter restritivo porque isso implica estabilidade ... se o carácter restritivo é a base, então é perturbador para as crianças se este carácter restritivo tiver exceções e falhas. Se tem de haver uma configuração rigorosa, então que seja consistente, fiável e justa, para que possa ter um valor positivo.

O ambiente 'rigoroso' ou firme que contém a criança ajuda-a a gerir os seus impulsos primitivos e potencialmente a desenvolver a sua preocupação para com os outros. As restrições feitas com base na proteção dos outros e da criança podem ser aplicadas sem a intenção de punir. Pode mesmo haver empatia para com a criança excluída. Portanto, mesmo que a ação tomada possa sentir-se como punitiva, pode ser necessária e pode ser executada com compaixão. Ser não punitivo não significa ter falta de consequências, significa simplesmente agir perante o " infrator das regras" de uma forma que mantenha valores, tais como, dignidade e compaixão. Isto não significa ser-se permissivo ou não manter os limites e as expectativas com firmeza. É de importância vital que as crianças saibam que independentemente dos sentimentos e impulsos destrutivos que tenham, não lhes será permitido ferir os outros ou a si próprios ou destruir as coisas boas que valorizam na casa.

Sempre que uma criança causar danos, elas também precisam de saber que a transgressão é levada a sério. Todas as crianças de um grupo observarão e notarão as respostas que forem dadas às outras crianças. O seu sentimento de segurança irá reforçar-se à medida que virem respostas protetoras, mas não punitivas, a serem tomadas pelos adultos. Dependendo da cultura do grupo, da sua dimensão, etc., pode ser necessário que haja algumas consequências justas, razoáveis e consistentes para ajudar a conter sentimentos de raiva e retaliação. Winnicott argumentou que os sistemas legais servem o propósito de reduzir a necessidade do público de retaliar diretamente a comportamentos ilegais. Neste sentido, um sistema de punição legal pode ser visto como uma forma de reduzir a agressão na sociedade. Não como um dissuasor, mas como uma forma de canalizar e gerir a raiva para com o infrator. Winnicott (1946, p.98) diz,

O crime produz sentimentos de vingança pública. A vingança pública seria uma coisa perigosa se não fosse pela lei e por aqueles que a implementam. Primeiramente e sobretudo no trabalho do tribunal, o magistrado dá expressão aos sentimentos de vingança pública, e só assim é possível lançar as bases para um tratamento humano do ofensor.

Todos estes desafios exigem recursos significativos se quisermos enfrentar as pressões internas e externas para punir. A nível social, em resposta aos criminosos adultos, esta é uma tarefa difícil. O público pode precisar de sentir que se está a fazer justiça, e que os criminosos não se estão a safar, demasiado. É provável que este sentimento seja mais forte quando as condições de vida na sociedade são desafiadoras. A energia emocional está principalmente centrada na sobrevivência e as necessidades dos criminosos não estão no topo da agenda. Uma abordagem punitiva aos criminosos pode mesmo criar um sentimento de que se está, pelo menos, melhor do que outra pessoa.

No entanto, em centros de tratamento que têm como objetivo ajudar a prevenir que as crianças se tornem adultos criminosos, e outros desfechos negativos, a punição tende a não servir um propósito útil. Sempre que as respostas punitivas se tornam a norma, a abordagem está a desviar-se da tarefa e o mais provável é que haja falta de suporte para contrariar as inevitáveis tendências punitivas. Esta pode ser uma das razões pelas quais há um afastamento dos cuidados de grupo em muitos países. Os sentimentos de todos no grupo, incluindo o tipo de sentimentos vingativos a que Winnicott se referiu, são difíceis de gerir. No entanto, o custo de isolar as crianças dos seus pares não ajuda na aprendizagem vital da realidade, o que é uma parte necessária do seu tratamento. A cultura positiva de pares (Bath, 2003) pode ajudar a melhorar a sociabilidade. Pode ser especialmente útil para crianças e jovens que tendem a agir de forma egoísta. A pressão positiva dos pares pode ajudar as crianças a serem responsáveis pelos compromissos assumidos perante os outros. A capacidade de desenvolver relações saudáveis entre pares foi identificada como um

fator chave na obtenção de bons resultados a longo prazo (Shonkoff e Phillips, 2000, p.165). Aichorn (1925, p.205) argumentou que,

Durante a sua formação, o delinquente tem de aprender que a dimensão do prazer obtido pela conformidade social é maior do que a soma dos pequenos prazeres derivados de atos dissociais, mesmo quando o desconforto resultante da conformidade é tido em conta.

As relações positivas entre pares podem ser um estímulo ao desenvolvimento e também ajudam a criar um sentido de normalidade que é tão importante.

A Necessidade de Nos Gerirmos a Nós Próprios

No trabalho com crianças traumatizadas (como na parentalidade) e outras relações, por vezes pode haver uma sensação de não se saber o que fazer. Quando isso se mistura com emoções fortes, tais como raiva, ansiedade, e medo, pode haver uma reação para fazer qualquer coisa e sentir-se em controlo. Por muitas razões, incluindo as nossas próprias experiências de infância, podemos sentir-nos com justificação para castigar a criança. Podemos sentir que temos de fazer algo para criar uma mudança positiva. O conceito de castigo e recompensa pode ser sedutor nestes momentos. Tomar uma ação punitiva pode proporcionar algum alívio ao adulto, e dar uma impressão de fazer a diferença, por mais curta que seja a sua duração.

Assim, além de considerarmos as questões centradas na criança discutidas neste artigo, precisamos também de assegurar que existem formas de os adultos envolvidos processarem os seus próprios sentimentos, sentirem-se apoiados, e serem capazes de dar um passo atrás. Trabalhar sobre os temas envolvidos não é algo que possamos sentir que alguma vez tenhamos dominado. Há muitas complexidades envolvidas, incluindo a forma como nos gerimos a nós próprios. Se estivermos a trabalhar com crianças que sofreram traumas complexos, seremos muitas vezes testados até ao limite das nossas capacidades. Tal como nas histórias infantis, as respostas mais punitivas e inúteis são suscetíveis de ocorrer quando os adultos estão "no fim da sua corda". Ou como diz Phillips (2013),

As pessoas castigam as outras pessoas quando não sabem o que fazer com elas.

Pelo contrário, Dockar-Drysdale (1990, p.127) acreditava que com suporte e um bom nível de alinhamento a maioria dos incidentes violentos são potencialmente evitáveis,

Poder-se-ia começar por dizer que a gestão da violência é a sua prevenção. Com esta afirmação, quero dizer que, uma vez que toda a passagem ao ato é uma quebra na comunicação, é nossa responsabilidade manter a comunicação com as crianças ao nosso cuidado.

Ou como disseram Farragher e Yanosy (2005, p.101), "O nosso trabalho é ajudar a pôr os sentimentos em palavras em vez de passá-los ao ato". A qualidade da contenção emocional terá um impacto direto nos sentimentos de segurança das crianças. À medida que uma criança começa a sentir-se segura e a desenvolver-se emocionalmente, tornar-se-á mais capaz de gerir os seus sentimentos. Um ambiente de tratamento eficaz deve manter uma comunicação aberta. Isto significa que os adultos podem refletir sobre o seu papel nas relações com as crianças. Como Dockar-Drysdale sugere, quando se trata de comportamentos difíceis, a antecipação é a melhor forma de prevenção. Isto significa compreender as necessidades de uma criança e como podemos influenciá-la positiva ou negativamente. Naturalmente que, por vezes, a dificuldade nisto pode fazer-nos sentir inadequados, inseguros de nós próprios, e sentir como se a criança nos estivesse a infligir dor. A menos que possamos reconhecer e pensar sobre estes sentimentos, poderemos sentir como se devêssemos punir a criança. No seu artigo, *A Gestão da Violência em Crianças Perturbadas*, Dockar-Drysdale (1971, p.125) afirma,

A punição é muitas vezes uma racionalização da violência - os adultos podem reagir e passar ao ato, negando as verdadeiras causas dentro de si mesmos que levam às suas ações violentas.

Conclusão

No nosso trabalho com crianças e jovens, especialmente quando sofreram adversidades significativas, temos de nos agarrar ao facto de que os sistemas de punição geralmente não são eficazes. Para bem dos jovens, cujas vidas dependem do que fazemos, precisamos de perseverar na crença e na esperança de que eles podem recuperar - que as suas vidas podem ser positivas para si próprios e para a sociedade. Para o conseguir, devemos manter a nossa atenção na necessidade de oferecer as condições necessárias de suporte e treino para sustentar uma abordagem eficaz no nosso trabalho. Para que as tendências punitivas não se sobreponham, com as consequências dispendiosas que têm sido tão bem documentadas ao longo dos últimos 100 e mais anos (Kahr, 2020). Isto é um desafio e um trabalho árduo que nunca podemos ter a certeza de tê-lo feito bem. Temos de refletir continuamente sobre o comportamento das crianças, as suas necessidades e as nossas respostas.

References

- Aichhorn, A. (1925, 1965) *Wayward youth*, New York: Viking Press
- Alexander, F. and Staub, H. (1929) *Der Verbrecher und seine Richter: Ein psychoanalytischer Einblick in die Welt der Paragraphen*, Vienna: Internationaler Psychoanalytischer Verlag
- Anglin, J. (2002) *Pain, Normality, and the Struggle for Congruence: Reinterpreting Residential Care for Children and Youth*, New York: The Haworth Press Inc.
- Barton, S., Gonzalez, R. and Tomlinson, P. (2012) *Therapeutic Residential Care for Children and Young People: An Attachment and Trauma-informed Model for Practice*, Jessica Kingsley Publishers
- Bath, H. (2003) Services for Children and Young People with High Support Needs - it's Time to Rethink, in, *Developing Practice* (Summer 2002-2003), 5-10
- Bettleheim, B. (1974) *A Home for the Heart*, London: Thames and Hudson
- Bowlby, J. (1944a) Forty-Four Juvenile Thieves: Their Characters and Home-Life, in, *International Journal of Psycho-Analysis*, 25, 19-53
- Bowlby, J. (1944b) Forty-Four Juvenile Thieves: Their Characters and Home (II), in, *International Journal of Psycho-Analysis*, 25, 107-128
- Bowlby, J. (1945-1946) Childhood Origins of Recidivism, in, *Howard Journal*, 7, 30-33
- Bowlby, J. (1946) *Forty-Four Juvenile Thieves: Their Characters and Home-Life*, Covent Garden, London: Baillière, Tindall and Cox
- Bowlby, J. (1969) *Attachment*, Attachment and Loss Series. vol. 1, Harmondsworth: Penguin
- Bowlby, J. (1973) *Attachment and Loss, Volume 2: Separation*, New York: Basic Books
- Chu, J.A. (1998) *Rebuilding Shattered Lives: The Responsible Treatment of Complex Post-Traumatic and Dissociative Disorders*, New York: John Wiley and Sons
- Commission for Children and Young People and Child Guardian (2012) *Views of Young People in Residential Care Survey - Responding to Trauma and Attachment Needs in Residential Care: What Young People's Perceptions Tell Us About How Well We're Doing*, Brisbane, Queensland
<https://core.ac.uk/download/pdf/30677771.pdf>

Darling, N. (1999) *Parenting Style and its Correlates*, ERIC Digest: University of Illinois

Dockar-Drysdale, B. (1953) Some Aspects of Damage and Restitution, in Dockar-Drysdale. B., *Therapy and Consultation in Child Care* (1993), London: Free Association Books

<https://www.johnwhitwell.co.uk/child-care-general-archive/some-aspects-of-damage-and-restitution-1953/>

Dockar-Drysdale, B. (1961) The Problem of Making Adaptation to the Needs of the Individual Child in the Group, in *The Provision of primary Experience* (1990), London: Free Association Books

Dockar-Drysdale, B. (1968) Problems Arising in the Communication of Stress, in, Dockar-Drysdale. B., *Therapy and Consultation in Child Care* (1993), London: Free Association Books

Dockar-Drysdale, B. (1969) Meeting Children's Emotional Needs, in, Dockar-Drysdale. B., *Therapy and Consultation in Child Care* (1993), London: Free Association Books

Dockar-Drysdale, B. (1971) The Management of Violence in Disturbed Children, in, Dockar-Drysdale. B., *Therapy and Consultation in Child Care* (1993), London: Free Association Books

Dockar-Drysdale, B. (1990) The Management of Violence, in, *The Provision of Primary Experience*, London: Free Association Books.

Duckworth, A. (2016) *Grit: The Power and Passion of Perseverance*, London: Vermilion

Eisenberg, N., and Murphy, B. (1995) Parenting and children's moral development, 227-257 in Bornstein, M. H. (ed.) *Handbook of Parenting, Volume 4: Applied and practical parenting*, Mahwah, NJ: Erlbaum

Farragher, B. and Yanosy, S. (2005) Creating a Trauma-Sensitive Culture in Residential Treatment, in, *Therapeutic Communities: The International Journal for Therapeutic and Supportive Organizations*, 26(1):93-109

<https://www.yumpu.com/en/document/read/32152495/creating-a-trauma-sensitive-culture-in-residential-treatment>

Forbes, H. and Post, B. B. (2007) *Parenting Beyond Consequences, Logic, and Control: A Love-based Approach to Helping Attachment Challenged Children with Severe Behaviours: Volume 1*, Orlando, FL: Beyond Consequences Institute

Greene, M.F. (2020) 30 Years Ago, Romania Deprived Thousands of Babies of Human Contact: Here's what's become of them, in, *The Atlantic*, July/August 2020 Issue,

<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2020/07/can-an-unloved-child-learn-to-love/612253/>

Hannon, C., Wood, C., and Bazelgate, L. (2010) *In Loco Parentis: "To Deliver the Best for Looked After Children, the State must be a Confident Parent..."*, London: Demos

https://www.demos.co.uk/files/In_Loco_Parentis_-_web.pdf

Heilmann, A., Mehay, A., Watt, R.G., Kelly, Y., Durrant, J.E., Van Turnhout, J., Gershoff, E.T. (2021) Physical Punishment and Child Outcomes: A Narrative Review of Prospective Studies, in, *The Lancet*, June 2021

Kahr, B. (2020) *Dangerous Lunatics: Trauma, Criminality, and Forensic Psychotherapy*, Confer Books: London

Kohn, A. (1993) *Punished by Rewards: The Trouble with Gold Stars, Incentive Plans, A's, Praise, and Other Bribes*, Boston: Houghton Mifflin

Kohn, A. (1994) The Case Against Rewards and Praise: A Conversation with Alfie Kohn by Sara-Ellen Amster, in, *Harvard Education Letter*, Volume 10, Number 2, March/April 1994, Harvard Graduate School of Education,

https://www.hepg.org/hel-home/issues/10_2/helarticle/the-case-against-rewards-and-praise

Kohn, A. (1995) Punished by Rewards? A Conversation with Alfie Kohn, by Ron Brandt, in, *Educational Leadership*, Volume 53, Number 1, September 1995,

<https://www.alfiekohn.org/article/punished-rewards-article/>

Kochanska, G. (1991) Socialization and Temperament in the Development of Guilt and Conscience, in *Child Development* 62:1379-1392.

Kochanska, G. (1993) Toward a Synthesis of Parental Socialization and Child Temperament in Early Development of Conscience, in *Child Development* 64:325-347

Kochanska, G. (1995) Children's Temperament, Mothers' Discipline, and Security of Attachment: Multiple Pathways to Emerging Internalization, in *Child Development* 66:597-615

Laursen, E. (2003) Principle-centred Discipline, in *Reclaiming Children and Youth* 12(2): 78-82

Macdonald, G. and Millen, S. (2012) *Therapeutic Approaches to Social Work in Residential Child Care Settings: Literature Review*, SCIE (Social Care Institute of Excellence): Institute of Child Care Research, Queens University Belfast

<https://www.scie.org.uk/publications/reports/report58/files/literaturereview.pdf?res=true>

McMahon, L. (1995) Developing Skills in Therapeutic Communication in Daily Living with Emotionally Disturbed Children and Young People, *Journal of Social Work Practise Vol. 9, No. 2*, CARFAX

Miller, E.J. (1989) Towards an Organizational Model for Residential Treatment of Adolescents, prepared as a chapter (to be translated into Italian) for, *Comunità Residenziali per Adolescenti Difficili*, Kanelklin, C. and Orsenigo, A. (Editors), Nova Italia Scientifica: Roma

Mullins, C. (1943) Can Delinquency Be Scientifically Treated? in, *Howard Journal*, 6, 141-144

Perry, B.D. and Szalavitz, M. (2006) *The Boy who was Raised as a Dog: And Other Stories from a Child Psychiatrist's Notebook*, New York: Basic Books

Perry, B.D. and Szalavitz, M. (2010) *Born for Love: Why Empathy is Essential and Endangered*, New York: HarperCollins

Perry, B. (2016) *Child Trauma and Neglect*, Conference, Tralee, Ireland, 30th September

Phillips, A. (2009) In Praise of Difficult Children, in, *London Review of Books*, Vol. 31 No. 3, 12th February 2009

<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v31/n03/adam-phillips/in-praise-of-difficult-children>

Phillips, A. (2013) The Magical Act of a Desperate Person: Adam Phillips on Tantrums, in, *London Review of Books*, Vol. 35 No. 5, 7th March 2013

<http://www.lrb.co.uk/v35/n05/adam-phillips/the-magical-act-of-a-desperate-person>

Porges, S.W. (2017) *The Pocket Guide to the Polyvagal Theory: The Transformative Power of Feeling Safe*, New York and London: W.W. Norton and Company

Redshaw, S. et al. (2012) *The Therapeutic Residential Care Program: Practice Paper*, Mercy Family Services: Queensland, Australia

Sapolsky, R.M. (2017) *Behave: The Biology of Humans at our Best and Worst*, New York: Penguin Books

Shonkoff, J. P. and Phillips, D. A. (Eds.) (2000) *From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development*, Board on Children, Youth, and Families National Research Council and Institute of Medicine, Washington, D.C.: National Academy Press, This PDF is available from the National Academies Press at: <http://www.nap.edu/catalog/9824.html>

Stien, P.T. and Kendall, J. (2004) *Psychological Trauma and the Developing Brain: Neurologically Based Interventions for Troubled Children* New York, London, Oxford: The Haworth Maltreatment and Trauma Press

University of Texas at Austin (2021) Evidence Against Physically Punishing Kids is Clear, Researchers Say, in, *ScienceDaily*, 29 June 2021
www.sciencedaily.com/releases/2021/06/210629101233.htm

Whitwell, J. (1989) The Residential of Unintegrated Children: Implications for Therapeutic Communities, in, *The International Journal of Therapeutic Communities*, vol. 10(2), 1989
<https://www.johnwhitwell.co.uk/about-the-cotswold-community/the-residential-treatment-of-unintegrated-children-implications-for-therapeutic-communities/>

Whitwell, J. (1998) Boundaries and Parameters, in, *The Journal of Therapeutic Communities*, Vol. 19, No. 2
<https://www.johnwhitwell.co.uk/about-the-cotswold-community/boundaries-and-parameters/>

Whitwell, J. (2017) 1986: A Once Thriving Therapeutic Community, Now Deceased
<https://www.johnwhitwell.co.uk/about-the-cotswold-community/1986-a-once-thriving-therapeutic-community-now-deceased/>

Winnicott, D.W. (1946) Some Psychological Aspects of Juvenile Delinquency (An Address to Magistrates), in, Winnicott, D.W. (2012) *Deprivation and Delinquency*, Abingdon (England), USA and Canada: Routledge

Winnicott, D.W. (1956) The Antisocial Tendency, in, Winnicott, D.W. (1958) *Collected Papers: Through Paediatrics to Psycho-Analysis*, pp.306-315, London: Tavistock Publications

Winnicott, D.W. (1961) Comments on the Report of the Committee on Punishment in Prisons and Borstals, in, Winnicott, D.W. (2012) *Deprivation and Delinquency*, Abingdon (England), USA and Canada: Routledge

Winnicott, D.W. (1963) Struggling Through the Doldrums, in, Winnicott, D.W. (2012) *Deprivation and Delinquency*, Abingdon (England), USA and Canada: Routledge

Winnicott, D.W. (1963) The Development of the Capacity for Concern, in, *The Maturation Processes and the Facilitating Environment*, London and New York: Karnac Books (1990)

Winnicott, D.W. (1968) Delinquency as a Sign of Hope, in, *Prison Service Journal*, 7, Number 27, 2-7



Patrick Tomlinson Breve Biografia: Breve Biografia de Patrick Tomlinson: O principal objetivo do trabalho de Patrick é o desenvolvimento de pessoas e organizações. Ao longo da sua carreira, ele identificou o desenvolvimento como sendo a força motriz relacionada com resultados positivos - para todos, utilizadores de serviços, profissionais e organizações.

A experiência de Patrick vem desde 1985 no domínio dos serviços informados no trauma e vinculação. Começou como educador em acolhimento residencial e desde então tem sido líder de equipa, gestor, Diretor, CEO, consultor e mentor. É o autor/co-autor/editor de numerosos artigos e livros. É um clínico qualificado, líder estratégico e gestor. A trabalhar em muitos países, tem ajudado a desenvolver modelos terapêuticos que ganharam reconhecimento nacional e

internacional.

Em 2008 criou Patrick Tomlinson Associates para prestar serviços centrados no desenvolvimento para pessoas e organizações. São prestados os seguintes serviços,

- ✓ Desenvolvimento de Modelos Terapêuticos
- ✓ Mentoria de Desenvolvimento, Consultoria e Supervisão Clínica
- ✓ Faz Avaliação de Desenvolvimento Pessoal e Profissional para Seleção e Desenvolvimento de Profissionais

Web Site – www.patricktomlinson.com

Contacto – ptomassociates@gmail.com



Maria João Braga da Cruz Breve Biografia - Maria João Braga da Cruz é Assistente Social (UCP-Lisboa), e trabalha na área da infância e juventude desde 2008. É um dos elementos da equipa da Fundação Lar de Nossa Senhora do Livramento no Porto, que em co-autoria desenvolveram com Patrick Tomlinson o Modelo de Intervenção Terapêutico desta Fundação. Traduziu integralmente todos os documentos gerados neste processo. É atualmente responsável pela criação e monitorização do Programa de Treino de todos os colaboradores no âmbito deste Modelo.

Web Site - www.larlivramento.org

Contact – mariajoaobc@larlivramento.org